

**PROJETO DE LEI Nº       , DE 2009**  
**(Do Sr. MARCELO TEIXEIRA)**

Dispõe sobre o adicional tarifário para  
suplementação de linhas aéreas regionais.

O Congresso Nacional decreta:

**Art. 1º** É criado adicional tarifário com coeficiente de meio por cento (0,5%) sobre o valor da tarifa dos bilhetes de passagem aérea, referentes às linhas regulares não suplementadas.

**Parágrafo único.** Linhas suplementadas, para os fins do disposto nesta Lei, são linhas regionais que interligam duas localidades das Regiões Norte, Nordeste ou Centro-Oeste, sendo pelo menos uma delas classificada como de baixo ou médio potencial de tráfego.

**Art. 2º** O adicional tarifário será recolhido pelas empresas aéreas e seu produto utilizado, exclusivamente, na suplementação de linhas aéreas regionais.

**Art. 3º** A regulamentação desta Lei estabelecerá condições de fiscalização da arrecadação e da aplicação dos recursos provenientes do adicional tarifário, bem como as penalidades cabíveis em caso de descumprimento do que aqui foi disposto.

**Art. 4º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

O adicional tarifário foi um engenhoso mecanismo de financiamento das operações de transporte aéreo de caráter regional, criado na década dos setenta. Com ele, conseguiu-se estender a cobertura dos serviços de aviação civil a uma quantidade de cidades só comparável com a observada nos anos cinquenta, época na qual a indústria brasileira do transporte aéreo se beneficiava dos baixos custos para importação de aeronaves produzidas durante e após o conflito mundial.

Em essência, o adicional tarifário era uma contribuição compulsória de 3% sobre o valor do bilhete doméstico, devida pelo passageiro. O produto da arrecadação do adicional sustentou o funcionamento do Sistema Integrado de Transporte Aéreo Regional – SITAER por vários anos, até que as rodadas de liberalização do transporte aéreo, ao longo da década dos noventa, e a posterior contestação judicial – bem sucedida - da cobrança do adicional tarifário colocaram por terra toda a política de assistência a linhas aéreas regionais.

O que se pretende, agora, é retomar o modelo de auxílio às operações regionais, por intermédio da recriação do adicional tarifário. Há vários motivos para isso.

Primeiro, com o fim de qualquer ajuda à aviação regional, diminuiu bastante a cobertura do transporte aéreo no país, o que significa dizer que apenas um pequeno número de municípios está sendo beneficiado com a prestação de serviços aéreos. Segue-se daí que milhões de pessoas, em apenas alguns anos, perderam acesso aos aviões, o que é extremamente grave para aqueles que habitam regiões nas quais a única opção para deslocamentos rápidos é o transporte aéreo.

Segundo, o adicional tarifário, se permite a operação de linhas regionais de caráter estratégico para o país, não representa virtualmente nada para os usuários do transporte aéreo, ainda mais se for considerada a proposta de instituí-lo na forma de um percentual de apenas 0,5% do valor dos bilhetes.

Terceiro, não houve uma condenação judicial à cobrança do adicional tarifário em razão de incompatibilidade do mecanismo com a Constituição ou com o sistema de leis. Observou-se, o que é certo, que tal mecanismo deveria ter sido criado por intermédio de lei, problema que agora pretendemos resolver.

Feitas essas considerações, esperamos contar com o apoio da Casa a esta iniciativa.

Sala das Sessões, em                      de                      de 2009.

Deputado MARCELO TEIXEIRA